Entretanto, a convenção entre a AHP e a FETESE foi parcialmente revista através de alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 2005. Esta revisão determina que a extensão com base no aviso publicado apenas possa abranger a parte não revista da convenção entre a AHP e a FETESE.

O estudo de avaliação do impacto da extensão da tabela salarial teve por base as retribuições efectivas praticadas no sector abrangido pelas convenções apuradas pelos quadros de pessoal de 2002 e actualizadas de acordo com o aumento percentual médio das tabelas salariais das convenções publicadas em 2003. Os trabalhadores a tempo completo deste sector, com exclusão dos aprendizes e praticantes, são cerca de 10 076, dos quais 1883 (18,7%) auferem retribuições inferiores às das tabelas salariais, sendo que 980 (9,7%) auferem retribuições inferiores às convencionais em mais de 7,3%. As empresas com até 10 trabalhadores empregam o maior número de trabalhadores com retribuições inferiores às tabelas salariais das convenções.

As retribuições inferiores à retribuição mínima mensal garantida do CCT entre a AHP e a FESAHT apenas são objecto de extensão em situações em que sejam superiores à retribuição mínima mensal garantida resultante de reduções relacionadas com o trabalhador, de acordo com o artigo 209.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.

Por outro lado, o CCT entre a AHP e a FESAHT actualiza outras prestações pecuniárias. Não se dispõe de dados estatísticos que permitam avaliar o impacto destas prestações. Atendendo ao valor da actualização e porque essas prestações foram objecto de extensões anteriores, justifica-se incluí-las na extensão.

Atendendo a que uma das convenções regula diversas outras condições de trabalho, procede-se à ressalva genérica de cláusulas que sejam contrárias a normas legais imperativas.

Ambas as convenções não se aplicam no concelho de Ourém, pelo que a extensão também não o abrange. O concelho de Mação é abrangido pela portaria de extensão, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 38, de 15 de Outubro de 2003, de outra convenção colectiva aplicável à mesma actividade e cuja alteração de 2005 já foi publicada; deste modo, neste concelho, a extensão é apenas aplicável às relações de trabalho entre empresas filiadas na Associação dos Hóteis de Portugal e trabalhadores ao seu serviço não representados pelas associações sindicais outorgantes.

A extensão das convenções terá, no plano social, o efeito de melhorar as condições de trabalho de um conjunto significativo de trabalhadores e, no plano económico, promove a aproximação das condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Assim:

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 575.º do Código do Trabalho, manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do CCT celebrado entre AHP — Associação dos Hotéis de Portugal e a FESAHT — Federação dos Sin-

dicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e do CCT, nas matérias em vigor, celebrado entre a mesma associação de empregadores e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 27, de 22 de Julho, e 30, de 15 de Agosto, ambos de 2004, são estendidas nos seguintes termos:

- a) Às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante que, nos distritos de Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, excepto os concelhos de Mação e Ourém, e Setúbal, exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que, nos distritos de Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, excepto o concelho de Ourém, e Setúbal, exerçam a referida actividade e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — As retribuições previstas no anexo II do CCT entre a AHP e a FESAHT inferiores à retribuição mínima mensal garantida, dos níveis I a V da tabela A1 e dos níveis I a VI, grupo D, da tabela A2, apenas são objecto de extensão em situações em que sejam superiores à retribuição mínima mensal garantida resultante da redução relacionada com o trabalhador, de acordo com o artigo 209.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.

3 — Não são objecto de extensão as cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

2.º

A presente portaria entra em vigor no 5.º dia após a sua publicação no *Diário da República*.

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*, em 21 de Dezembro de 2005.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Assembleia Legislativa

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 2/2006/M

Recomenda ao Governo da República a criação de um regime de crédito bonificado jovem para a aquisição ou construção da primeira habitação própria permanente.

A consagração constitucional do direito a uma habitação está relacionada com a necessidade inerente à condição humana de possuir um lar, que é mais evidente na fase de constituição de família, como um requisito fundamental para garantir um desenvolvimento equilibrado e harmonioso.

A aquisição de habitação é uma das formas de concretizar o direito a uma habitação e nesses termos têm sido adoptadas medidas para garantir aos cidadãos com algumas dificuldades económicas o acesso a uma habitação.

A política habitacional do Governo Regional ao longo destes anos tem criado soluções para a aquisição de habitação própria, destacando-se a promoção de habitação a custos controlados com o Programa de Habitação Económica e com o sector cooperativo, o que tem permitido a famílias com capacidade de endividamento na banca, sobretudo casais jovens, a oportunidade de adquirir habitação a preços inferiores aos praticados no mercado.

No âmbito do Programa de Habitação Económica, o número de famílias beneficiárias tem aumentado e no caso das famílias jovens o apoio social correspondente ao subsídio atribuído prevê um acréscimo de 10% do valor apurado, com o intuito de incentivar e apoiar os jovens no acesso à habitação.

Importa salientar que já foram apresentadas pelo Partido Social Democrata duas iniciativas legislativas assentes no princípio da discriminação positiva, com o objectivo de apoiar os jovens nesta matéria. A proposta de lei n.º 82/IX, aprovada pela Assembleia Legislativa através da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 16/2003/M, de 20 de Agosto, estabelece um incentivo à poupança, através da majoração em 50% do limite fixado anualmente para o benefício fiscal associado à conta poupança-habitação dos jovens.

Para além desta iniciativa, foi também aprovada uma alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ao nível da dedução à colecta dos encargos com habitação, no sentido de majorar em 50% para os jovens o limite fixado anualmente e que consta da proposta de lei n.º 83/IX, aprovada na Assembleia Legislativa através da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 17/2003/M, de 20 de agosto.

Estas duas iniciativas foram prejudicadas com a dissolução da Assembleia da República e, além disso, foram também adiadas pelo facto de não ter sido ainda concretizada a alteração à Lei das Finanças Regionais, que atribuirá competência à Região nesta área. Esta alteração continua num processo legislativo moroso, interrompido primeiro pela demissão do anterior governo socialista e agora novamente pela dissolução do Parlamento, por decisão do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Importa reconhecer também a importância do mercado de arrendamento, que constitui uma solução adequada para muitas situações, pela vantagem que oferece ao não exigir um compromisso de longo prazo com o assumir de um encargo financeiro. Esta solução é mais indicada quando a posição profissional não atingiu uma determinada estabilidade pelas perspectivas de melhorar e desse modo influenciar a escolha de um determinado lugar para fixar a residência.

A evolução do mercado financeiro tem vindo a adaptar e a flexibilizar o acesso ao crédito imobiliário, com descidas significativas de *spreads* e com o alargamento dos prazos dos empréstimos, de forma a facilitar os financiamentos à aquisição e construção de habitação. Esta evolução contribuiu para regular e flexibilizar o mercado, acabando com muitas injustiças inerentes à contratação do regime de crédito bonificado.

No entanto, estas soluções não respondem ainda a todas as situações, uma vez que existe um segmento da população jovem, com capacidade de endividamento perante as legítimas expectativas profissionais, mas que por motivos que se prendem com o início da carreira profissional, muitas vezes com contratos de trabalho a termo, com rendimentos instáveis e relativamente baixos, não reúnem todas as condições exigidas pelo sector bancário.

Paralelamente às soluções enunciadas e perante o actual enquadramento económico e financeiro, é oportuno criar um apoio específico para os jovens que garanta o crédito para construção ou aquisição da primeira habitação própria permanente, quando se verifique uma capacidade de financiamento e uma situação económica merecedora do apoio através da bonificação.

Este apoio deve ter por base os princípios de justiça e de igualdade, num modelo distinto do regime de crédito bonificado jovem anterior, de forma a impedir as deturpações e desajustes que se verificaram em muitas situações.

Nestes termos, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira recomenda ao Governo da República a criação de um novo regime de crédito bonificado jovem, seguindo um modelo de discriminação positiva e justa, com a atribuição de bonificações nos casos em que tal se mostre adequado e necessário para permitir aos jovens a construção ou aquisição de uma primeira habitação destinada a residência própria permanente.

Aprovada em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 23 de Novembro de 2005.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *José Miguel Jardim d'Olival Mendonça*.

Presidência do Governo

Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2006/M

Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas a que estão sujeitos os terrenos a afectar aos estudos necessários à reformulação do nó de acesso da via rápida ao Campanário.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2003/M, de 5 de Setembro, com entrada em vigor no dia imediato, sujeita a medidas preventivas os terrenos a afectar aos estudos necessários à reformulação do nó de acesso da via rápida ao Campanário, fixando-lhes o prazo de vigência de dois anos.

O objectivo de tais medidas preventivas é evitar que a alteração indisciplinada das circunstâncias crie dificuldades ao desenvolvimento dos estudos e projectos em questão, inviabilizando ou tornando mais difícil ou onerosa a obra a executar posteriormente.

Considerando que os estudos em causa não estão ainda concluídos e que importa salvaguardar a área afecta aos mesmos, torna-se necessário proceder à prorrogação do prazo estipulado no artigo 1.º, n.º 1, do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2003/M, de 5 de Setembro.

Nestes termos:

O Governo Regional da Madeira, ao abrigo das disposições conjugadas dos Decretos-Leis n.ºs 794/76, de 5 de Novembro, e 365/79, de 4 de Setembro, e nos termos